

César Azevedo



Ao lado de Mozarildo, Rosalía debate com senadores

## “Futuro da Amazônia depende de cooperação”

A preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável da Amazônia exigem a cooperação entre os oito países que integram a região. Esse é o pensamento da secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação da Ama-

zônia (OTCA), Rosalía Arteaga Serrano, que participou da audiência conjunta da Comissão de Relações Exteriores e da Subcomissão Permanente da Amazônia. Mozarildo Cavalcanti disse que reitores serão convidados para novos debates. **Página 2**

## Renan participa de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem de duas solenidades no Planalto: o lançamento do Plano Agrícola e Pecuá-

rio para o biênio 2007/2008 e a recondução de Antonio Fernando de Souza ao cargo de procurador-geral da República. **Página 4**

J. Freitas



Renan (E), ao lado de Lula e José Alencar, em solenidade no Palácio do Planalto



Na audiência, Ricardo Dornelles (E), José Nilton de Sousa Vieira, senador João Tenório, Mozart Schmitt de Queiroz e Luís Sérgio Machado

## Governo quer antecipar adição de 5% de biodiesel

Representante do Ministério de Minas e Energia diz, em audiência no Senado, que pode começar em 2010 medida prevista para 2013

**A**dição de 5% de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final em todo o país pode ser antecipada para 2010, segundo revelou ontem o diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia,

Ricardo de Gusmão Dornelles. Autor do requerimento para a audiência, o senador César Borges cobrou uma política de incentivos fiscais e creditícios com a finalidade de incrementar a produção de biodiesel no Nordeste. **Página 8**

## Conselho de Ética ainda sem relator

Relator da representação contra Renan Calheiros só deve ser anunciado na terça-feira. Presidente do Conselho de Ética decide ouvir consultoria jurídica. **Página 4**

## Ministro diz apoiar recriação da Sudeco

Em audiência no Senado, Geddel Vieira Lima afirma que novo órgão aumentaria leque de aplicação de recursos do fundo do Centro-Oeste. **Página 6**

## PSOL acusa, Roriz se defende

A Mesa do Senado recebeu ontem representação do PSOL contra Joaquim Roriz, por suposta quebra de decoro parlamentar. Em discurso no Plenário, o senador se defendeu e se dispôs a abrir seu sigilo fiscal, bancário e telefônico. **Página 5**

José Cruz

Geack/Viegas



“Pedir dinheiro emprestado é crime?”, questiona Roriz

Em audiência, secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica lembra previsões sobre o degelo total das geleiras dos Andes e seus impactos sobre os rios

## “Futuro da Amazônia depende da ação conjunta dos países da região”

A preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável da Amazônia dependem da cooperação entre os oito países que integram a região, disse ontem a secretária-geral da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Rosalía Arteaga Serrano, durante audiência pública conjunta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Como prova dessa necessidade de cooperação regional, Rosalía citou a relação entre os Andes e a Amazônia. A quantidade de água dos rios amazônicos, recordou, dependeu do degelo das montanhas situadas nos países vizinhos. Mas as geleiras dos Andes, alertou a secretária, podem derreter até 2020, segundo os mais pessimistas, ou até 2050, nas melhores previsões dos cientistas.

– O trabalho conjunto é um imperativo – constatou Rosalía, que apresentou um balanço de seus três anos de trabalho à frente da organização.

O Plano Estratégico da OTCA para o período 2004-2012 estabelece como prioridades a conservação de recursos naturais, a gestão de conhecimento e o intercâmbio tecnológico, a integração regional e o fortalecimento institucional. Sediada em Brasília, a organização conta com 35 funcionários e 54 consultores – e com um orçamento de US\$ 1,1 milhão



Presidente da Subcomissão da Amazônia, Mozarildo ouviu apresentação de Rosalía

anuais.

Durante o debate, o senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu o fortalecimento institucional da OTCA e um maior apoio financeiro à entidade. Ele recordou que o Mercosul vive uma “grave crise” e que seria necessário pensar na articulação de toda a América do Sul.

Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber qual o papel da entidade no processo de integração continental. A secretária destacou que um dos caminhos para essa integração tem sido a busca de uma estratégia comum para o chamado biocomércio, que envolve produtos regionais como o cupuaçu.

Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu a realização de um encontro de parlamentares dos países amazônicos na própria região, durante três dias. O senador Paulo

Duque (PMDB-RJ) confessou que nunca havia ouvido falar da OTCA, mas observou que os brasileiros amam a Amazônia. Por sua vez, Romeu Tuma (DEM-SP) se emocionou ao comentar o carinho de Rosalía pela região.

Ao agradecer a presença da secretária, o senador Augusto Botelho (PT-RR) disse que ele e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), presidente da subcomissão, eram os representantes presentes da “voz dos povos da Amazônia”. E o povo local, afirmou, pode ser considerado a “mais importante riqueza” da região. Antes de concluir a reunião, Mozarildo lembrou que, para defender a Amazônia, é necessário conhecê-la. Por isso, adiantou, serão convidados a novos debates na subcomissão os reitores das universidades localizadas nos estados amazônicos.

## Garibaldi cobra solução para pescadores artesanais de lagosta

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) fez um apelo em Plenário para que o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), leve ao Executivo a preocupação de um grupo de senadores com os pescadores artesanais que se vêem impossibilitados de realizar a pesca da lagosta nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Instruções normativas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) proibiram o uso de redes de espera do tipo caçoeira para a pesca da lagosta, autorizando apenas o emprego de armadilhas do tipo covo (ou manzuá) e cangalha.

Segundo o senador, as novas medidas impossibilitam, na prática, a atividade e a sobrevivência do pequeno pescador. Na quarta-feira, foi proposta em Plenário a criação de uma comissão de senadores para negociar com o governo uma solução para o impasse vivido pelos pescadores.

– Restringir é uma coisa; proibir é outra. Temos aqui, por parte dessas normas, quase uma proibição. Disseram aos pescadores:



RoseveltFoto

Regras fixadas por Ibama e Seap tornam atividade inviável, alerta Garibaldi

pesquem, mas pesquem de mãos atadas – protestou.

Garibaldi citou informações de especialistas que apontam um crescimento substancial da pesca da lagosta nos últimos 40 anos. De acordo com o senador, o setor teve uma receita bruta de US\$ 80 milhões, em 2005, em comparação aos US\$ 40 milhões, em 1997, embora o Ibama e a Seap, disse, tenham apontado um decréscimo de 50% na produção, em virtude da queda do dólar.

– Quando há crise dos maiores empresários da pesca, há sempre um clamor, mas, quando se trata dos pequenos pescadores, não se faz a mesma referência – lamentou o parlamentar.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Rádio Senado recorda Rio-92

Os 15 anos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92 – um marco na luta pela preservação do meio ambiente –, são lembrados pelo programa Reportagem Especial, às 20h, na Rádio Senado. Reprise amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

### Sessão não-deliberativa às 9h

Hoje, às 9h, os senadores participam de sessão não-deliberativa, ou seja, sem a votação de matérias, destinada a discursos dos parlamentares e avisos da Mesa. As votações serão retomadas na terça-feira.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: Gerson Camata  
3º Secretário: César Borges  
4º Secretário: Magno Malta  
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670  
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151  
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jayme Campos, Jonas Pinheiro, Tião Viana e Garibaldi Alves

## Serys defende aprovação de projeto contra a homofobia

Em discurso comemorando o Dia do Orgulho Gay, a senadora Serys Shessarenko (PT-MT) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação do projeto de lei da Câmara, de autoria da ex-deputada Iara Bernardi, que trata como crime a prática da homofobia. A matéria (PLC 122/06) está tramitando na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

– Temos que aprovar o projeto da forma como está. A questão da homofobia é grave e estamos lutando por alterar a cultura que relega ao homossexual um papel marginal na sociedade, tendo sua existência negligenciada.

Considerando o Dia do Orgulho Gay – 28 de junho – como uma das datas mais controversas de nosso calendário, em razão da dificuldade de muitas pessoas aceitarem a possibilidade de os gays se orgulharem de sua situação, Serys alertou para a necessidade de os homossexuais se valorizarem para poderem conquistar o respeito da sociedade.

### Gleba Piau

No início de seu pronuncia-



Roosevelt/Prêmio

**Serys: cultura relega ao homossexual um papel marginal na sociedade**

mento, a senadora por Mato Grosso informou que visitará, no próximo sábado, o assentamento Gleba Piau, no município de Nova Xavantina (MT), para inauguração de sistema de eletrificação rural implementado por meio do programa Luz para Todos.

Relembrando o momento em que se deu a invasão da área pelos trabalhadores sem-terra, Serys agradeceu ao senador Jayme Campos (DEM-MT), governador à época, por ter intervindo e evitado a ação de despejo decretada pela Justiça.

Em aparte, Jayme Campos parabenizou Serys pelo discurso.

## Fátima Cleide condena preconceito sexual e cultura de intolerância

Fátima Cleide (PT-RO) saudou ontem, em Plenário, a passagem do Dia Mundial do Orgulho Gay – celebrado anualmente em 28 de junho –, condenando o preconceito sexual e a cultura de intolerância que, segundo ela, apóia-se em preceitos bíblicos para condenar homossexuais de todo tipo de comportamento considerado “desvio sexual”.

– Sou católica e cristã e não posso concordar com essa intolerância. Como legisladora, no Estado brasileiro laico, considero meu dever coibi-la. E, como tal, conclamo os líderes religiosos, padres, pastores, missionários cristãos em geral, em sua dedicada militância pela paz e pela concórdia em nossa sociedade, a nos ajudarem a garantir civilidade e convivência democrática na diversidade de que é feita nossa sociedade – ressaltou a senadora.

Relatora do projeto que define a homofobia como crime (PLC 122/06), que tramita na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), Fátima Cleide lembrou que o orgulho gay passou a ser comemorado a partir de um episódio ocorrido em 28 de junho de 1969, em Nova



Roosevelt/Prêmio

**Fátima Cleide presta solidariedade a doméstica espancada no Rio**

York. Naquele dia, os homossexuais que freqüentavam o bar Stonewall revoltaram-se contra as constantes humilhações impostas pela polícia, dando início a um tumulto que durou três dias e serviu para mudar o comportamento repressivo das autoridades no trato com o público gay.

Fátima Cleide também prestou solidariedade a Sirlei Dias de Carvalho Pinto e à família da empregada doméstica, “pela civilidade, dignidade e elevada sabedoria com que se portam nesta infeliz circunstância”. Sirlei foi agredida no Rio de Janeiro por cinco rapazes de classe média alta que a teriam confundido com uma prostituta, conforme alegaram posteriormente à polícia.

Câmara dos Deputados envia ao exame do Senado medidas provisórias e projetos de lei de conversão que já se encontram com prazo de tramitação esgotado

## Sete matérias trancam a pauta de votações do Plenário

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidindo a sessão de ontem, anunciou o envio, pela Câmara dos Deputados, de sete matérias – medidas provisórias (MPs) e projetos de conversão (PLVs) – que passaram a trancar a pauta de votações do Senado. Todos foram incluídos na ordem do dia da próxima terça-feira.

A primeira delas, a MP 364/07, abriu crédito extraordinário de R\$ 1,7 bilhão para os ministérios da Educação, da Justiça, dos Transportes, do Esporte, da Integração Nacional e das Cidades. O dinheiro foi utilizado em ações como as obras para a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro, a recuperação de açudes e a construção de trecho da ferrovia Norte-Sul.

Já a MP 365/07 abriu crédito extraordinário em favor da União no valor de R\$ 5,2 bilhões. O dinheiro foi destinado à Caixa Econômica Federal para ser aplicado no financiamento de obras de saneamento básico e habitação.

### Meio ambiente

O terceiro item, o PLV 19/07, criou o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que passou a cuidar da política nacional de unidades de conservação da natureza. O Ibama, que foi dividido para a criação do Instituto Chico Mendes, ficou responsável pelo licenciamento



Cecilio/Vagabundo

Senadores devem examinar na terça-feira projetos como o que divide o Ibama

ambiental.

O Projeto de Conversão 20/07 abriu crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transportes e da Defesa, no valor global de R\$ 415,5 milhões. Por sua vez, a Medida Provisória 368/07 liberou R\$ 975 milhões do Tesouro Nacional para estados, Distrito Federal e municípios, referentes a compensações previstas na Lei Kandir.

As duas últimas MPs que pas-

saram a trancar a pauta foram as 370/07 e 371/07. A primeira abriu crédito extraordinário em favor do Ministério da Agricultura, no valor de R\$ 25 milhões, para aplicação em programas de erradicação da febre aftosa. A segunda autorizou a União a indenizar integralmente os pecuaristas que abateram animais infectados por febre aftosa em propriedades rurais localizadas na fronteira com o Paraguai e a Bolívia.

## Suplicy registra homenagem da ONU a Sérgio Vieira de Mello

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem a homenagem prestada a Sérgio Vieira de Mello, coordenador da Missão da Organização das Nações Unidas (ONU) no Iraque, assassinado em atentado no dia 19 de agosto de 2003, juntamente com outros 22 funcionários. O brasileiro foi homenageado com um busto instalado em frente ao escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos em Genebra, Suíça, como reconhecimento a todos os que perderam a vida no Iraque e aos mais de 30 anos de trabalho que Sérgio de-

dicou à Humanidade e à solução de conflitos.

Suplicy leu manifesto assinado pela mãe de Sérgio, Gilda Vieira de Mello, e pela companheira do embaixador, Carolina Larriera. No documento, as duas mulheres assinalam que Sérgio era contra a pena de morte e que a execução iminente de Mahmoud As'eed, participante confesso do atentado, “privará as famílias das vítimas do ataque da única fonte de informação que poderiam ter sobre esse evento trágico”.

O senador lembrou que Sérgio, quando coordenou a transição



Roosevelt/Prêmio

**Suplicy lembra que Sérgio Vieira de Mello era contra a pena de morte**

de governos em Timor Leste, modificou a lei para acabar com a pena de morte naquele país. Em nome da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI) juntou-se à homenagem.

Impasse sobre indicação de Renato Casagrande para relatar representação contra Renan Calheiros marca funcionamento do Conselho de Ética



Casagrande (foto à esq.) diz ter sido "desconvidado" para relatar processo. Quintanilha, presidente do Conselho de Ética, quer verificar "impropriedades" no caso

## Processo no conselho continua sem relator

Um impasse marcou ontem o funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Em entrevista coletiva, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) disse que o novo presidente do colegiado, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), havia retirado o convite que lhe fora feito na quarta-feira para que relatasse o processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Segundo Casagrande, Quintanilha lhe informou, por telefone, que primeiramente queria verificar eventuais "impropriedades do processo", para depois escolher um relator. O processo seria, dessa maneira, enviado à análise da consultoria jurídica do Senado.

– Isso é uma falta de respeito. A cada episódio desses, o conselho se desmoraliza mais. E precisamos ter em mente que o conselho neste momento é o Senado, que também se desmoraliza – afirmou o senador pelo Espírito Santo.

Logo depois, o presidente do Conselho de Ética, também em entrevista coletiva, declarou que mantinha o convite a Casagrande, mas reafirmou que não havia

designado o relator do processo porque precisava ouvir a consultoria jurídica do Senado sobre eventuais "impropriedades" na condução dos trabalhos.

– Como nós acertamos ontem, eu fiz o convite, ele ficou de pensar. Quando entrei em contato com ele hoje, disse que, antes de constituí-lo relator, eu precisava fazer uma consulta jurídica sobre eventuais impropriedades do processo, o que está gerando uma celeuma muito grande – explicou Quintanilha.

Numa segunda coletiva concedida no início da noite, Casagrande pediu que ficasse claro que foi ele que procurou Quintanilha o dia todo, e que num telefonema às 17h15, ao afirmar que aceitava a relatoria, recebeu do presidente do conselho o que chamou de "desconvite". Ao tomar ciência do teor da entrevista do senador do Tocantins, o representante capixaba voltou a ligar para ele, que teria lhe feito então o que o senador nomeou de "convite sobrestado", ou seja, sujeito à avaliação obtida junto à consultoria.

Ao apontar possíveis impropriedades do processo, Quin-

tilha revelou que o senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), relator original do caso, afastado por problemas de saúde, havia lhe telefonado e dito que não poderia ser destituído, uma vez que a votação do relatório elaborado por ele já havia começado.

Em seguida, esclareceu que a dúvida principal dizia respeito à "competência do conselho".

– Quero saber se o conselho, efetivamente, tem a competência de dar curso às investigações que os seus membros estão querendo – afirmou Leomar Quintanilha.

### Regimento

Entre os possíveis problemas que podem vir a ser apontados, esclareceu o presidente do Conselho de Ética, está o fato de o colegiado não ter um regimento interno.

– Para não incorrer em equívocos, em erros, quero orientação jurídica – assinalou.

O senador pelo Tocantins negou que o nome de Casagrande tenha sido "vetado" pela Liderança do PMDB ou por Renan Calheiros. Também negou que a não-designação do relator seja uma manobra para atrasar o processo.

Ele reafirmou que a reunião da próxima terça-feira, às 18h, está mantida. Até lá, acredita já estar de posse do parecer da consultoria jurídica.

Conforme Casagrande, os dois tinham marcado uma reunião para ontem. O encontro foi combinado logo depois da eleição de Quintanilha para a presidência do conselho, na noite da quarta-feira, quando foi feito o convite ao senador do PSB. Este respondeu que daria uma resposta logo depois de se reunir com Quintanilha.

– Agora, ele tem de responder por isso – disse o parlamentar capixaba. Renato Casagrande salientou que é membro do Conselho de Ética e que, por essa razão, tem o dever de aceitar as missões que lhe são confiadas pelo presidente. Apesar disso, na hipótese de ser novamente convidado, só aceitará ser o relator "dependendo das condições políticas do conselho".

O senador capixaba fez questão de esclarecer que sua posição era conhecida desde antes do convite para relator: propunha o aprofundamento das investigações, sem um julgamento precipitado.

## Valter Pereira fala em tentativa de chantagem

Para o senador Valter Pereira (PMDB-MS), a suspeita de que havia uma possível chantagem ou tentativa de extorsão contra o senador Renan Calheiros e o funcionário da Mendes Júnior Cláudio Gontijo foi confirmada depois da divulgação de um conjunto de gravações de conversas mantidas entre a jornalista Mônica Veloso e Gontijo.

O parlamentar classificou o advogado da jornalista, Pedro Calmon Mendes, de mentiroso e farsante. Calmon havia dito aos membros do Conselho de Ética que tais gravações não existiam.

– O senador Almeida Lima [PMDB-SE] denunciou com toda clareza e cruza uma suposta tentativa de extorsão através de uma indecente e criminoso chantagem conduzida por aquele advogado – afirmou.

Valter Pereira lembrou que, durante a reunião do Conselho de Ética na qual Pedro Calmon Mendes se pronunciou, assumiu uma postura enfática e dura em sua intervenção após constatar que o advogado estaria faltando com a ética profissional e mentindo. O senador criticou o fato de Calmon ter revelado que costumava assinar documentos simulados.

### Greves

Outro assunto abordado por Valter Pereira foi a quantidade de movimentos grevistas que estão paralisando serviços oferecidos à população. Ele pediu que o governo dialogue com as diversas categorias que paralisaram suas atividades e sugeriu a nomeação de um interlocutor para negociar soluções para as diversas distorções que existem no funcionalismo.

– O Brasil hoje é um país em greve. Há poucos dias, li uma estatística que apontava que cerca de 100 mil servidores públicos encontravam-se em greve – disse o parlamentar.

## Presidente do Senado participa de solenidades no Planalto



Lula discursa ao lado de Stephanes, Renan, Alencar, Chinaglia e Koslovski (da Ocepar)

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou, na manhã de ontem, de duas solenidades no Palácio do Planalto: o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário do governo para o biênio 2007/2008 e a cerimônia de recondução de Antonio Fernando de Souza ao cargo de procurador-geral da República.

Ao discursar na solenidade de recondução do procurador, o presidente Lula disse inquietar-se com o fato de que pessoas sejam execradas publicamente

antes de exercerem seu direito de defesa e de serem julgadas. Dirigindo-se a Antonio Fernando de Souza, recomendou que o Ministério Público atue no combate aos erros da administração pública e contra a corrupção, mas mantendo o compromisso democrático de garantir que as pessoas sejam investigadas com seriedade e respeito.

Também estiveram presentes os senadores José Sarney (PMDB-AP), Ideli Salvatti (PT-SC) e Jonas Pinheiro (DEM-MT).



Na avaliação de Valter Pereira, divulgação de gravações confirma suspeita

PSOL pede ao Conselho de Ética que investigue Joaquim Roriz por quebra de decoro parlamentar. Senador nega acusação e apresenta documentos em sua defesa



Ao lado de Nery, Heloísa protocola pedido do PSOL para que Roriz seja investigado sobre quebra de decoro

## Secretaria da Mesa recebe representação contra Roriz

A presidente nacional do PSOL, ex-senadora Heloísa Helena, protocolou ontem, na Secretaria Geral da Mesa do Senado, uma representação para que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar investigue o senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) por quebra de decoro parlamentar. O pedido baseou-se em uma escuta telefônica divulgada pela imprensa em que Roriz, ex-governador do Distrito Federal, aparece discutindo a partilha de R\$ 2,2 milhões com o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Tarcísio Franklin de Moura, preso na Operação Aquarela, realizada conjuntamente pela Polícia Civil, Receita Federal e Ministério Público do Distrito Federal. A operação objetivou apurar a formação de uma quadrilha que tinha por finalidade desviar recursos do banco.

Segundo Heloísa Helena, são denúncias gravíssimas que indicam crime contra a administração pública, e o Senado deve ter sensibilidade para ouvir os apelos da sociedade.

– Qualquer cidadão brasileiro que não aceita conlui quer explicações sobre esse caso – afirmou.

A ex-senadora também se referiu a outra representação do PSOL para que o conselho verifique se houve quebra de decoro parlamentar por parte do presidente do Senado, Renan Calheiros. O partido ba-

seu-se em matéria publicada pela revista Veja, segundo a qual Renan teria parte de suas despesas particulares pagas pelo funcionário da Mendes Júnior Cláudio Gontijo.

– Existem indícios relevantes de quebra de decoro parlamentar por abuso dos dois senadores. Mas, se estamos solicitando procedimento investigatório, é também para garantir o direito de defesa a que eles têm direito – concluiu Heloísa.

O senador José Nery (PSOL-PA), membro do Conselho de Ética, disse esperar que a representação do PSOL seja encaminhada pela Secretaria Geral da Mesa ao colegiado o mais rápido possível.

– Espero que o conselho atue com isenção e transparência e cumpra suas atribuições como determina o Regimento Interno da Casa – assinalou Nery.

Já o presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), afirmou que ainda não recebeu cópia da representação contra Joaquim Roriz, mas garantiu que o colegiado “vai adotar o procedimento que o Regimento Interno da Casa recomenda”.

O PSOL promoveu ontem uma manifestação em frente ao Congresso pedindo a apuração das denúncias contra Renan e Roriz e deu início à coleta de assinaturas em manifesto no mesmo sentido.

## Gravação se refere a pedido de empréstimo, diz senador

O senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) foi ontem ao Plenário se defender de denúncia suposto recebimento irregular de recursos do empresário Nenê Constantino, dono de empresa de ônibus em Brasília e da Gol Linhas Aéreas. Além de negar a acusação, Roriz disse ter encaminhado aos senadores documentação que comprovaria a legalidade de empréstimo de R\$ 300 mil por Constantino, supostamente usado para pagar uma bezerra comprada em leilão.

Roriz também apresentou duas folhas em branco com sua assinatura, uma destinada ao Supremo Tribunal Federal (STF) e a outra, à Polícia Federal (PF). Segundo explicou, a folha reservada ao STF serviria para autorizar a abertura dos sigilos fiscal, bancário e telefônico dele, de sua esposa e de suas filhas. Na outra, a PF seria autorizada a investigar a eventual existência de contas bancárias em seu nome, que não as do Banco do Brasil (BB) e do Banco de Brasília (BRB), no Brasil ou no exterior. O senador Tião Viana (PT-AC), que presidia a sessão, não considerou regimentalmente adequado, entretanto, enviar um papel em branco com assinatura, e sugeriu a Roriz que fizesse as autorizações.

O senador pelo DF disse não ter feito esses esclarecimentos antes por estar enfrentando um grande sofrimento e sentir envergonhado, “mesmo não cometendo nenhum ato ilícito”. Segundo Roriz, ele passou os últimos dias pedindo força e

coragem à Virgem Maria. Em diversos momentos de seu discurso, enfatizou nunca ter confundido o público com o privado nos 30 anos de vida pública.

– Será que um senador não poderia pedir um empréstimo a um amigo de longa data? Existe algum artigo no Código Penal e no Regimento Interno do Senado Federal dizendo que pedir dinheiro emprestado é crime, é ilegal? – questionou.

Em relação a eventuais interesses por trás da denúncia, Roriz preferiu não creditá-la diretamente a adversários políticos. Mas ponderou, em seguida, que a imprensa, “quando quer, massacra e destrói”, dando como exemplo a acusação contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), investigado pelo Conselho de Ética.

– O momento atual reclama de todos nós profunda reflexão. Precisamos de leis mais severas para coibir vazamento de investigações realizadas em caráter sigiloso – reivindicou.

Sobre esse ponto, o peemedebista referiu-se à divulgação, pela imprensa, de dados da Operação Aquarela, promovida pela Polícia Civil do DF, que investigou um esquema de desvio de recursos do banco. Roriz disse ter autorizado essa operação quando ainda era governador do DF e isentou seus comandados, à época, de vazarem conversas telefônicas suas com o ex-presidente do BRB Tarcísio Franklin de Moura.



No Plenário, Roriz pede leis mais severas para coibir o vazamento de informação de investigações sigilosas

## Segundo Nery, documentos apresentados em defesa “são frágeis”

José Nery (PA), representante do PSOL, partido que protocolou representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado contra o senador Joaquim Roriz (PMDB-DF), afirmou ter considerado “frágeis” os documentos apresentados pelo ex-governador do Distrito Federal em sua defesa durante discurso feito no Plenário. Nery

disse que o contrato mútuo de empréstimo entre Roriz e o empresário Nenê Constantino “não tem sequer reconhecimento em cartório de nenhuma das assinaturas”.

Roriz é suspeito de lavagem de dinheiro em investigação feita pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Distrito Federal.

José Nery assinalou ainda ter visto problemas na nota de compra de uma bezerra, adquirida por Joaquim Roriz, da Associação de Ensino de Marília, de São Paulo. Ele observou que o registro de transferência do animal é de 30 de maio de 2005, mas o preenchimento da nota fiscal é de 1º de março de 2007.

– Portanto, uma operação bem

anterior, de 2005, em relação a essa nota em específico, e não de 2007 – acrescentou.

José Nery pediu à Mesa do Senado que aceite a representação do PSOL contra Roriz e ponderou que a decisão do seu partido “não está marcada por nenhum tipo de revanchismo, de ódio, de mesquinha, mas é feita no cumprimento do dever

com a fiscalização daquilo que diz respeito aos que exercem função pública”.

O parlamentar do PSOL sustentou que a representação não significa nenhum prejulgamento ou condenação do senador Roriz, mas tem o objetivo de levar o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a investigar as denúncias da imprensa.



João Tenório solicita que assunto conste da reforma política

## João Tenório quer voto direto para suplente de senador

A inclusão do debate sobre a suplência de senador entre os itens da reforma política foi defendida por João Tenório (PSDB-AL).

O senador afirmou que pretende alterar a legislação eleitoral para que tanto os titulares quanto os suplentes sejam eleitos pelo voto direto. Conforme a legislação eleitoral vigente, o candidato a senador pode escolher o primeiro e o segundo suplentes.

De acordo com João Tenório, o suplente passou a ser tratado pejorativamente "como o financiador da campanha do titular da chapa, ou ainda como alguém que não teria compromisso com os eleitores e que vem ao Senado visando interesses particulares, distintos das atribuições constitucionais de um senador".

– Quero acreditar que nenhum dos senadores tenha se utilizado desse expediente na escolha de seus suplentes. Há algum tempo, temos assistido às mais variadas manifestações, seja da imprensa ou de representantes desta Casa, tratando de forma pejorativa e, por vezes, desrespeitosa os senadores que assumiram mandatos na condição de suplente.

### Confiança

João Tenório afirmou que a escolha do seu nome para a suplência do então senador atual governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, de quem herdou o mandato, foi em reconhecimento à sua dignidade e à confiança nele depositada.

– Aproveito, então, para solicitar de todos os líderes, o compromisso de que a questão da suplência senatorial faça parte de qualquer reforma política que por aqui tramite – enfatizou o parlamentar.

Geddel debate na CDR políticas de desenvolvimento para as regiões brasileiras e diz que aumento do número de instituições trabalhando com o FCO vai melhorar o atendimento das demandas do Centro-Oeste

# Em audiência, ministro da Integração declara apoio à recriação da Sudeco

Em audiência destinada a debater as políticas de desenvolvimento para as diversas regiões brasileiras, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, manifestou ontem, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), posição favorável à recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco).

Geddel disse que a recriação ampliará o leque de instituições autorizadas a trabalhar com os recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO), operados pelo Banco do Brasil desde a extinção da agência regional.

– Esse tipo de competição só vai melhorar o atendimento das demandas que são apresentadas pela região.

Valter Pereira (PMDB-MS) observou que a atuação do Banco do Brasil tem sido "ruinosa para a economia da



Lúcia Vânia, entre Geddel (E) e Jonas Pinheiro, preside Comissão de Desenvolvimento Regional

região".

– O banco está colocando seus interesses empresariais como condição para liberar recursos que não lhe pertencem, pois são do Orçamento federal – acusou.

O senador observou que uma proposta para a recriação da Sudeco (PLC 119/06), de autoria do Executivo, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo Lúcia Vânia (PSDB-GO) como relatora.

### Reformas

O ministro garantiu que o governo trabalha para consolidar as superin-

tendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) – recriadas no atual governo depois de extintas no anterior –, o que não aconteceu com a Sudeco. Segundo ele, a extinção contribuiu para desarticular as políticas regionais nos últimos anos.

Jayme Campos (DEM-MT) lembrou que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defende a ampliação das transferências do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), aumentando a receita do fundo para garantir a extensão de sua atuação a todo o território. Geddel ressaltou, porém, que é preciso fazer "contas" com o fim de saber o "tamanho" do reforço que o fundo necessita para preservar as regiões atualmente atendidas com os recursos – Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

## "Eleição de Lula legitimou transposição do São Francisco"

O ministro Geddel Vieira Lima criticou os manifestantes que acamparam nas proximidades das obras de transposição do rio São Francisco, iniciadas neste mês.

– O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional foi aprovado por maioria esmagadora do povo brasileiro na última eleição do presidente Lula e, assim, o governo Lula tem legitimidade para executar o projeto – declarou Geddel.

A afirmação foi feita em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), que perguntou sobre o diálogo com o bispo dom

Luiz Flávio Cappio – um dos líderes dos manifestantes. Geddel informou que, ao assumir o ministério, há dois meses, telefonou ao bispo e o convidou para uma conversa no ministério, mas nunca recebeu resposta.

Na audiência pública, proposta pela presidente da comissão, Lúcia Vânia, o projeto de transposição do São Francisco recebeu apoio dos senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Cícero Lucena (PSDB-PB). Eduardo Azeredo (PSDB-MG) declarou não ser contra o projeto, mas a favor de que se faça antes a revitalização do rio São Francisco. Em resposta, o

ministro assinalou que a revitalização deve ser feita "antes, durante e depois" da transposição.

– Navegando pelo Rio São Francisco, de Minas a Bahia vi garrafas de plástico jogadas no rio, bombas retirando água numa vazão maior do que a permitida por lei e outras ações predatórias que combatemos – disse.

Em resposta a Marisa Serrano (PSDB-MS), que cobrou mais atenção às áreas de fronteiras do país, Geddel revelou que será mantido no próximo Plano Plurianual (2008-2011) programa orçamentário específico para tais áreas.



Mozarildo parabeniza alunos e funcionários de instituição

## Mozarildo saúda 14º aniversário do Cefet de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cumprimentou os estudantes e servidores do Centro de Educação Tecnológica (Cefet) de Roraima, que, no próximo dia 30, celebra seu 14º aniversário. De acordo com o senador, a instituição, que reúne 2.330 alunos em cursos técnicos, superiores tecnológicos, de licenciatura, pós-graduação e técnicos integrados ao ensino médio, é um centro de referência regional que promove a integração social de jovens e adultos.

O parlamentar relatou que a instituição iniciou suas atividades nas instalações da Escola Técnica de Roraima, em 1987, e teve seus primeiros cursos – Eletrotécnica e Edificações – reconhecidos pelo Ministério da Educação em 1993. Ao longo dos anos, foram criados os cursos técnicos em Agrimensura, Magistério, Educação Física, Turismo, Hotelaria, Secretariado, Transações Imobiliárias, Eletrônica, Recreação e Lazer, Informática, Segurança do Trabalho, e os cursos superiores de Formação dos Professores da Educação Básica e de Tecnólogo em Desenvolvimento de Sistemas.

– Procurando alcançar a sua missão, que é a de desenvolver educação de qualidade promovendo o ensino, a pesquisa científica e tecnológica e a extensão e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país, o Cefet de Roraima colabora na construção de um estado em franca expansão e com a necessidade de mão-de-obra especializada.

Mozarildo lembrou que o Cefet-RR foi criado mediante lei autorizativa apresentada por ele, quando era deputado federal. Romero Jucá (PMDB-RR) se associou à homenagem.





Jayme Campos: empreendimento distribuirá riquezas na região

## Jayme Campos apela em favor de ZPE em Cáceres

Jayme Campos (DEM-MT) afirmou ontem que a consolidação das zonas de processamento de exportação (ZPEs) vai favorecer a construção de um país mais justo e a redução das desigualdades regionais. O senador cobrou do governo do seu estado a efetivação da ZPE de Cáceres (MT), que, segundo ele, possibilitará a criação de oportunidades e a distribuição de riquezas na região.

O projeto que estabelece as condições de funcionamento de ZPEs, apresentado em 1996, foi aprovado quarta-feira pelo Plenário. Criadas em 1988 pelo então presidente José Sarney e atual senador pelo PMDB do Amapá, elas constituem distritos industriais que abrigam empresas beneficiadas com isenção de impostos e ampla flexibilidade cambial, desde que destinem a maior parte da produção para o mercado externo.

### Grupo de trabalho

Jayme Campos ressaltou que a Secretaria de Fazenda do estado precisa criar uma infra-estrutura técnica e jurídica voltada para a ZPE de Cáceres. Ele solicitou ao governo estadual a criação de um grupo de trabalho para regulamentar a questão.

– Por sua posição geográfica estratégica e por sua condição de centro catalisador de várias experiências econômicas desenvolvidas em Mato Grosso nas últimas duas décadas, esta ZPE terá vocação para manufaturar cadeias produtivas como as do algodão, da madeira, da proteína animal e dos setores farmacêutico, cosmético e couro-calçadista – disse ele, que recebeu apoio de Serys Slhessarenko (PT-MT).

Comunicado enviado pela Aeronáutica a comissão afirma que equipamentos utilizados no controle de vôo no país tornam o espaço aéreo brasileiro um dos mais seguros do mundo

# CPI adia para terça-feira votação do relatório parcial sobre apagão aéreo

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo do Senado adiou para terça-feira, a partir das 10h, a votação do relatório parcial do senador Demostenes Torres (DEM-GO) sobre segurança aérea no Brasil e requerimentos apresentados pelo relator.

As votações estavam previstas para ontem, mas não houve quórum para deliberação. O presidente da CPI, senador Tião Viana (PT-AC), chegou a abrir a reunião do colegiado para leitura de um comunicado do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica sobre documento sigiloso do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) que vazou para a imprensa na reunião realizada na véspera pela CPI. Viana afirmou que serão tomadas as providências administrativas cabíveis para coibir esse tipo de situação.

No texto, lido pelo presidente da comissão de inquérito, o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica esclarece que o documento sigiloso representa uma análise estratégica do



Tião Viana lê comunicado da Aeronáutica sobre equipamentos

Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) para orientar as ações do Comando da Aeronáutica em médio e longo prazos, especialmente entre os anos 2006 e 2009, visando ao aperfeiçoamento e ao desenvolvimento do sistema de controle aéreo nacional.

O plano é composto de ações que objetivam manter a segurança e a eficiência do sistema ao longo dos anos. O comunicado explica ainda que, na parte do documento em que é feita

referência à “obsolescência de equipamentos”, na verdade o texto trata da necessidade de se adaptar o sistema para permitir que seja aplicada a orientação da Organização da Aviação Civil Internacional no sentido de se implantar a tecnologia CNS/ATM (de complementação do sistema de radares com a tecnologia de satélite). Ou seja, indica que os equipamentos atuais ficarão obsoletos a partir da implantação da nova tecnologia e, por isso, necessitarão ser substituídos por outros que lidam com tecnologia mais recente.

“O Comando da Aeronáutica assegura que os sistemas e equipamentos empregados no controle do espaço aéreo brasileiro atendem plenamente aos requisitos de segurança e eficiência, permitindo que nosso espaço aéreo figure entre os melhores do mundo”, diz o texto, assinado pelo brigadeiro Antônio Carlos Moretti Bermudez, chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica.

## Urgência para alíquota menor da gasolina de aviação

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu ontem a solicitação de urgência para apreciação em Plenário do projeto de lei da Câmara que iguala a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre a gasolina e o querosene utilizados na aviação, reduzindo a alíquota aplicável à gasolina de aviação.

Para que a matéria (PLC 67/05) – já aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e em análise na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) – seja apreciada imediatamente em Plenário é necessário

requerimento proposto por um quarto da composição da Casa ou líderes que representem esse número.

– Pediremos agora urgência para apreciação em Plenário. Propomos exatamente uniformizar, pela alíquota menor, a Cide dos combustíveis de aviação para que não se penalizem as pequenas empresas de táxi aéreo e os proprietários de aviões pequenos que utilizam gasolina.

Romero Jucá parabenizou ainda o Centro Federal de Educação Tecnológica do estado de Roraima pela passagem de seu 14º aniversário.



Jucá anuncia que apresentará requerimento ao Plenário

## Maciel quer exploração de petróleo em Pernambuco

Marco Maciel (DEM-PE) fez um apelo ontem, em Plenário, para que o governo determine à Agência Nacional de Petróleo (ANP) a inclusão da Bacia Pernambuco-Paraíba na licitação para prospecção e exploração de óleo, prevista para novembro. Com isso, entende o senador, Pernambuco pode melhorar a receita estadual, beneficiar os municípios da área próxima à bacia com a receita de royalties, bem como promover a indústria petroquímica no estado.

Maciel lembrou que essa é uma reivindicação antiga da população do seu estado, que há 50 anos aguarda uma refinaria de petróleo.

Ele já havia encampado a reivindicação quando governou Pernambuco, entre 1979 e 1982, tendo o atual senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) dado seguimento ao pleito quando ocupou o mesmo cargo (1999-2006). A refinaria, disse, finalmente começa a sair do papel, com capacidade de refino de 200 mil barris/dia de petróleo.

Até agora, informou, as prospecções exploratórias foram bem-sucedidas. Ele insiste na inclusão, pela ANP, da plataforma continental Pernambuco-Paraíba por julgar que trará benefícios não somente aos dois estados, mas também ao Nordeste.



Marco Maciel defende licitação da plataforma Pernambuco-Paraíba



Ideli: 900 mil novos empregos de janeiro a maio deste ano

## Ideli: aumenta emprego com carteira assinada

Os dados da recente pesquisa feita pelo Cadastro Geral de Empregos (Caged) do Ministério do Trabalho foram comemorados ontem, em discurso, pela líder do Bloco de Apoio ao Governo, senadora Ideli Salvatti (PT-SC). A pesquisa registrou a criação de 212 mil empregos com carteira de trabalho assinada no mês de maio. Nos primeiros cinco meses do ano, o número de novos postos de trabalho chegou a 900 mil, o que, segundo ela, representa um crescimento de 19% em relação ao mesmo período do ano passado.

Citando reportagem do jornal O Globo, Ideli assinalou que esse crescimento é o maior desde que o Caged foi criado e ocorreu em todas as regiões do país. A senadora destacou São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, que criaram 81 mil, 53 mil e 43 mil novos empregos, respectivamente.

### Garantias

Ideli Salvatti observou que o emprego com carteira assinada proporciona garantias trabalhistas e a cobertura da Previdência Social, diferenciando-o da informalidade. Segundo ela, outras consequências do aumento foram a maior arrecadação da Previdência e do FGTS, além da revisão, pelo Ipea, da meta de crescimento do produto interno bruto (PIB).

A senadora também comemorou os resultados de três pesquisas de opinião pública, realizadas pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT/Sensus), pelo Democratas e pelo PSDB, que apontam a manutenção dos índices de popularidade de avaliação do governo Lula.



Roosevelt/Photo

Produtores rurais não sentem bom desempenho do setor, frisa Jonas

## Jonas Pinheiro diz esperar melhorias para agronegócio

Ao comentar ontem o lançamento, pelo governo federal, do Plano Agrícola e Pecuário 2007-2008, Jonas Pinheiro (DEM-MT) disse esperar que as medidas anunciadas de fato contribuam para melhorar as condições do agronegócio no Brasil. Para o senador, apesar de o desempenho do setor contribuir para alavancar os indicadores econômicos de todas as esferas de governo no Brasil, até o momento "os produtores rurais não sentem os resultados no bolso".

O plano anunciado pelo presidente Lula e pelo ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, dispõe sobre taxas de juros do crédito rural, mudanças no Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger Rural), recursos previstos para a comercialização da próxima safra, implementação do seguro rural e aumento dos preços mínimos de produtos agrícolas.

### Mais recursos

Segundo Jonas Pinheiro, os recursos do crédito rural somam R\$ 58 bilhões, um aumento de 16% em relação a 2006. Ele frisou ainda a redução nas taxas de juros nos créditos para investimentos e o aumento dos limites de financiamento.

O senador registrou que as mudanças introduzidas pelo Proger Rural permitirão amparar produtores de médio porte que não eram atendidos por esse programa em dificuldades de acesso aos financiamentos da agricultura empresarial. O plano, acrescentou, prevê a criação de um grupo de trabalho para propor decisões sobre infra-estrutura e logística para fortalecer a participação da agricultura no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Segundo o representante do Ministério de Minas e Energia, Ricardo de Gusmão Dornelles, mercado de petróleo é deficiente e o suprimento do combustível biodegradável oferece mais segurança

# Governo poderá antecipar adição de 5% de biodiesel ao óleo diesel

O governo quer antecipar de 2013 para 2010 a adição de 5% de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final em todo o país, com a implementação das unidades de produção desse combustível, afirmou, ontem, Ricardo de Gusmão Dornelles, diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis do Ministério de Minas e Energia. A informação foi prestada durante audiência pública na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), com a finalidade de debater propostas para estimular, aprimorar e viabilizar a implantação do Programa de Biodiesel na região Nordeste.

Pelo programa de biodiesel brasileiro, há a obrigatoriedade da adição de 2% desse combustível ao óleo diesel comercializado ao consumidor final. Segundo Dornelles, a discussão

## Para assessor, desafio é encontrar novas matérias-primas

O grande desafio da agricultura brasileira é promover ações para buscar novas matérias-primas dentro do programa de biocombustível, com objetivo de fomentar o desenvolvimento, afirmou José Milton de Souza Vieira, assessor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Ministério da Agricultura.

Vieira explicou que, hoje, as ações estão mais concentradas no cultivo da mamona como biodiesel, mas, no futuro, talvez venha a ser explorado o pinhão manso e a macaúba.

O biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis e que substitui total ou parcialmente o óleo diesel de petróleo em motores ciclodiesel automotivos de caminhões, tratores etc.

Segundo Mozart Schmitt de Queiroz, gerente-executivo de Desenvolvimento Energético da Petrobras, a primeira patente do produto é de 1937. Ele também falou a respeito da perspectiva da geração de emprego e renda com o desenvolvimento do programa do biodiesel no Brasil.



Subcomissão presidida por João Tenório (C) recebe Dornelles (E), Vieira, Queiroz e Machado

desse programa começou em 2003 e, em sua formulação, foi considerada a necessidade de equilíbrio na base social e ambiental.

– O mercado de petróleo é deficiente e o suprimento de biocombustível é mais tranquilo – observou.

Dornelles explicou ainda o chamado Selo Combustível Social, instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que consiste em um conjunto de medidas para estimular os produtores de biodiesel a promoverem a inclusão social de agricultores familiares por meio da geração de

## Política de crédito do BNB protege pequeno agricultor

O gerente do Pronaf e de Crédito Fundiário do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Luís Sérgio Machado, disse que a instituição vem adotando medidas de política de crédito para proteger o pequeno agricultor e diminuir problemas enfrentados nos financiamentos relacionados ao programa de biocombustíveis.

O BNB, segundo Machado, vem atuando no programa de biocombustíveis por meio da política de crédito e de desenvolvimento territorial, com vista a organizar os produtores, incentivar e melhorar a produção tecnológica. O gerente explicou as condições em que a instituição financia os projetos. Uma delas é quando o município está zoneado dentro dos parâmetros do Ministério da Agricultura. Outra exigência é que sejam utilizadas sementes certificadas, como as que recebem o Selo Combustível Social.

emprego e renda. O enquadramento social de projetos ou empresas produtoras de biodiesel permite acesso a melhores condições de financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a outras instituições, como também garante direito a concorrências em leilões de compra do produto.

Com o selo, as indústrias produtoras também terão direito a desoneração de alguns tributos, mas deverão assegurar a compra da matéria-prima a preços preestabelecidos, oferecendo segurança aos agricultores familiares. Estes ganham acesso a linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio de bancos que operam com essa instituição, além de assistência técnica, fornecida pelas próprias empresas detentoras do Selo Combustível Social.

## Senadores cobram incentivos para produzir no Nordeste

César Borges (DEM-BA) cobrou uma política específica de incentivos fiscais e creditícios com a finalidade de incrementar a produção de biodiesel no Nordeste. O senador, autor do requerimento da audiência na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, argumentou que a falta de incentivos cria dificuldades para que o Nordeste possa competir com as regiões Sul e Sudeste.

– Em relação ao biodiesel, houve uma expectativa de que seria a redenção do Nordeste. As usinas já instaladas que conheço estão trabalhando com soja. Será que não há tecnologia testada para produção de biodiesel a partir da mamona? – indagou.

O senador João Tenório (PSDB-AL) lembrou que o Nordeste se caracteriza por excedente de mão-de-obra e terras pobres, e manifestou a "angústia de seus representantes" ao ver que o governo não está dando prioridade à região. Já Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que o presidente Lula assumiu o compromisso de construir na Paraíba uma fábrica de biodiesel.



Roosevelt/Photo

Valdir Raupp alerta para crise mundial na área energética

## Raupp reclama investimentos em geração de energia

Valdir Raupp (PMDB-RO) enfatizou ontem a necessidade de o governo investir no setor de energia para evitar crise de abastecimento nos próximos cinco anos. Segundo ele, há a ameaça de uma crise mundial nessa área e, tal como o Brasil, países emergentes como Índia, Argentina e Chile já enfrentam ou enfrentarão problemas causados por escassez de energia.

– Um fato que funciona como um freio para essas economias – advertiu.

### Licenças ambientais

O senador voltou a cobrar principalmente investimentos no setor elétrico a partir da construção de hidrelétricas na região Norte e de gasodutos, entre eles o de Urucu-Porto Velho (RO). Ele alertou, no caso, para a lentidão do processo de concessão de licenças ambientais para a construção das usinas e dos gasodutos já planejados, cujas obras não foram realizadas.

– Ou o Ibama emite licença para construir as usinas do rio Madeira, em Rondônia, ou não vamos mais ter tempo de resolver o problema energético no Brasil, porque vamos ter sérios problemas em quatro ou cinco anos, e os acontecimentos confirmam minhas preocupações – disse.

Ao citar casos para reforçar sua preocupação, Raupp lembrou que a Usina Termelétrica Governador Mário Covas, em Cuiabá, já paralisou uma vez a geração de energia devido ao não suprimento de gás natural da Bolívia, país que está em crise com o Brasil por causa da Petrobras. Ele recordou ainda outro caso de corte de energia elétrica por 52 horas, ocorrido em Florianópolis.